



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS – COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

MEMORANDO Nº 10/2012

Gaspar, 25 de abril de 2012.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Análise dos recursos do Pregão Presencial nº 55/2012

Trata-se de análise dos recursos impetrados pelas empresas ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA e MÓDULO ARTEFATOS E PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA, bem como das contrarrazões apresentadas pela Empresa PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, em razão dos atos praticados pelo Pregoeiro, na realização do certame. Inicialmente, se fará um breve relatório dos fatos, para posteriormente se analisar os recursos.

I. RELATÓRIO

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, com início às catorze horas e trinta minutos, realizou-se na sala de reuniões do Departamento de Compras, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Gaspar, situado na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 55/2012, que tem por objeto o **Registro de Preços de tubos, grelhas, lajotas, pavers, meios-fios de pedra e de concreto**. Nesta data, foram recebidos os envelopes de “Proposta de Preço” e os envelopes de “Habilitação”, sendo que houve um total de 06 (seis) empresas interessadas no certame. Ato



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

contínuo foi realizado o credenciamento dos interessados, em seguida os envelopes de "Proposta de Preço" foram abertos, sucedidos pela etapa de lances e por fim a foram abertos o envelopes de Habilitação das primeiras colocadas nos itens. Foi verificado que a empresa BSM ARTEFATOS DE CIMENTO ME, deixou de apresentar o documento que comprova o registro no CREA da empresa fabricante, conforme exigência do item 5.1.3.1 do Edital. Foi verificado também que a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, deixou de apresentar o documento que comprova o registro no CREA do engenheiro responsável, conforme exigência do item 5.1.3.1 do Edital. Foi verificado ainda que a empresa MODULO ARTEFATOS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA, deixou de apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (item 5.1.2.7 do Edital). Estas empresas, portanto foram consideradas INABILITADAS no certame.

Após o acontecimento dos fatos narrados, As empresas ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA e BSM ARTEFATOS DE CIMENTO ME, manifestaram a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro que as inabilitou por entender que os documentos apresentados suprem a exigência do Edital. A empresa MÓDULO ARTEFATOS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA também manifestou a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro que a inabilitou por entender que a Certidão Negativa de Ações Trabalhistas apresentada supre a exigência do item 5.1.2.7 do Edital.

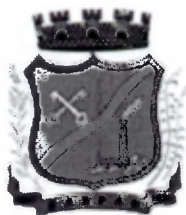
Apresentaram recurso apenas as empresas ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA e MODULO ARTEFATOS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA, sendo os mesmos tempestivos. A Empresa PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA apresentou Contrarrazões de Recurso também tempestivamente.

É o relatório.

II. DA ANÁLISE DO RECURSO E CONTRARAZÕES DE RECURSO

1- Das contrarrazões de recurso apresentadas pela empresa PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.

A empresa impugna os recursos apresentados pelas empresas recorrentes requerendo ao final a manutenção da decisão do Pregoeiro na sessão do Pregão Presencial nº 55/2012, sendo dessa forma desnecessário comentar as considerações apresentadas pela empresa, pelo fato de que de alguma forma já estão contidas na análise dos recursos apresentados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

2- Da inabilitação da Empresa MÓDULO ARTEFATOS E PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA, por deixar de apresentar a CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme exigência do item 5.1.2.7 do Edital;

A empresa alega em seu recurso que “A simples leitura do documento apresentado dá conta de que a ora requerente, de fato, não possui nenhuma restrição (...)”¹. A recorrente em questão ainda afirma que a interpretação do Pregoeiro encontra-se equivocada e foi além do previsto no Edital, pois a certidão apresentada supre integralmente a exigência do Edital, e trata-se de documento oficial, expedido pela “Justiça do Trabalho”² dando conta de que não há nenhum processo em trâmite e se não há processos não há débitos.

Inicialmente é preciso analisar a exigência do Edital que previa no item 5.1.2.7³ que:

5 DA HABILITAÇÃO

(...)

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

(...)

5.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

(...)

Os regulamentos sobre licitações e contratos em especial a Lei 8.666/1993, tem sofrido muitas alterações desde a sua aprovação, várias que ocorreram no ano de 2011, e várias propostas ainda dependem de aprovação no legislativo. Uma das alterações que provocaram polêmicas e profundas mudanças foram as propostas pela Lei nº 12.440/2011. A referida Lei alterou o inciso IV do art. 27 da Lei 8.666/1993. Em resumo foi incluída a regularidade trabalhista no rol de documento de regularidade fiscal. Como se pode verificar além de comprovar a regularidade fiscal a partir de 04/01/2012⁴ passou a ser obrigatória a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por parte das empresas que participam de licitações. O referido diploma legal alterou outros dispositivos legais e criou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista –

¹ GASPAR. Pregão Presencial nº 55/2012. Recurso impetrado pela empresa MÓDULO ARTEFATOS E PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. Folhas nº261;

² *Idem*. Folhas nº262;

³ *Idem*. Folhas nº40;

⁴ Início da vigência da Lei, conforme art. 4º da Lei 12.440/2011.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

CNDT mediante a inclusão do Título VII-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foi incluído ainda o inciso V no art. 29 da Lei 8.666/1993 que passou a ter a seguinte redação:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

(...)

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

Dessa forma por conta do que prevê o art. 27 da Lei 8.666/1993, é obrigatória a exigência nos Editais de Licitação da comprovação da regularidade trabalhista. De acordo com o princípio da legalidade previsto no *caput* do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e *caput* do art. 3º da Lei 8.666/1993 os agentes públicos somente podem agir em conformidade com as determinações da Lei, no caso em tela como há previsão legal é obrigatório a exigência, por parte da Administração, e a comprovação, por parte dos interessados, da regularidade trabalhista nas licitações públicas. Quanto a exigência dessa comprovação tenho que o Edital está de acordo com a legislação que regulamenta a matéria, sendo legal a exigência.

Outra questão é forma como deve ser comprovada essa regularidade trabalhista. O art. 29, inciso V prevê que a comprovação da regularidade trabalhista se dará “mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”⁵

O Decreto-Lei nº 5.452/1943 – CLT em seu art. 642-A prevê que “É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.”⁶ Como se pode verificar se comprova a regularidade trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). O Tribunal Superior do Trabalho – TST tendo em vista as alterações provocadas pela Lei 12.440/2011 editou a Resolução Administrativa nº 1470/2011 que “Regulamenta a expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e dá outras providências.”

⁵ BRASIL. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Art. 27, inciso V. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 24/04/2012;

⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#tituloviiia> Acesso em: 24/04/2012;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

O art. 10 da referida Resolução prevê o seguinte:

Art. 10. O sistema de expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas estará disponível ao público a partir de 4 (quatro) de janeiro de 2012.

§ 1º A partir da data prevista no caput, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho não emitirão certidão com a mesma finalidade e conteúdo da CNDT, (...) ⁷

Como se pode observar a comprovação da regularidade trabalhista fica restrita a apresentação da CNDT.

Pois bem a empresa ora recorrente apresentou no referido processo licitatório para fins de comprovação da regularidade trabalhista uma Certidão Negativa de Ações Trabalhistas. Tal Certidão foi emitida pelo Tribunal Regional do Trabalho – 12ª Região. Observa-se que a certidão apresentada apenas comprova que a empresa não possui Ações Trabalhistas no referido Tribunal. Não é essa a comprovação exigida pela Lei e pelo Edital.

O Edital em seu item 5.3 prevê que “A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.” No mesmo sentido o art. 43, §3º da Lei 8.666/1993 prevê que é “(...) vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” ⁸

Por todo o exposto por entender que aceitando a Certidão apresentada pela recorrente para comprovar a regularidade trabalhista estaria infringindo o disposto no art. 29, V da Lei 8.666/1993, ao disposto no Art. 642-A da CLT, a Resolução Administrativa 1470/2011 do TST, e por fim ao item 5.1.2.7 do Edital, o Pregoeiro mantém sua Decisão proferida na ATA de sessão do Pregão Presencial 55/2012 datada de 16/04/2012.

3- Da inabilitação da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, por ter deixado de apresentar o documento que comprova o registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA do engenheiro responsável, conforme exigência do item 5.1.3.1 do Edital;

⁷ TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Resolução Administrativa nº 1.470 de 24 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/916>> Acesso em: 24/04/2012;

⁸ BRASIL. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Art. 27, inciso V. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 24/04/2012;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

A empresa recorrente argumenta em sua peça recursal em suma que todas as informações que deveriam conter no documento que comprova o registro do engenheiro responsável junto ao CREA, estão contidas no documento que comprova o registro da empresa junto ao CREA, e que sua inabilitação por não ter apresentado o comprovante de registro no CREA do engenheiro responsável seria uma afronta ao princípio da razoabilidade. A recorrente argumenta ainda, que foi a única a apresentar proposta válida para os itens 5, 6, 8 e 9 da licitação e que sua inabilitação onerará os cofres públicos, pelo fato de que será necessário a realização de um novo processo licitatório para aquisição dos referidos bens.

Inicialmente se faz necessário registrar que a exigência contida no item 5.1.3.1 do Edital encontra respaldo legal no disposto no art. 30, I da Lei 8.666/1993, sendo portando uma exigência legal. Além do mais a Lei 5.194/1966, que Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, em seu art. 69 prevê que "Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos, profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto deva ser executado."⁹

Diante dessa exigência legal a comprovação de registro no CREA do engenheiro responsável e da empresa tem amparo legal, sendo que a comprovação de que tanto da empresa como engenheiro está quite com o CREA é através das respectivas certidões do CREA pessoa jurídica e física.

Analisando de forma isolada os argumentos apresentados pela recorrente fica a impressão de que o fato de constar na certidão que comprova a inscrição e regularidade da empresa junto ao CREA, informações do engenheiro responsável, tais informações por si só não comprovam que o mesmo está regular perante o órgão. Tal comprovação se dá apenas com a apresentação da certidão que comprova a inscrição e regularidade do engenheiro responsável.

O *caput* do art. 3º da Lei 8.666/1993 prevê que as licitações serão processadas e julgadas "em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo

⁹ BRASIL. Lei Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm >
Acesso em: 25/04/2012;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

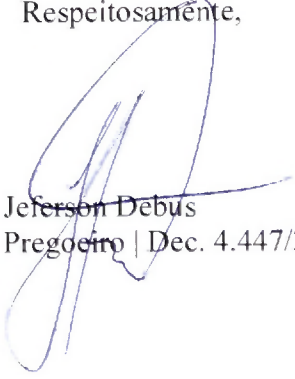
CNPJ 83.102.244/0001-02

e dos que lhes são correlatos.”¹⁰ O Pregoeiro até concorda que seria razoável aceitar o documento que comprova a inscrição e regularidade da pessoa jurídica e por analogia entender que estaria comprovada a regularidade da pessoa física, uma vez que consta o número da inscrição do engenheiro, seu nome e outras informações. Tal atitude poderia representar uma economia de tempo e até de recursos, mas seria ilegal. Ocorre que ao agir dessa forma o Pregoeiro estaria infringindo outros princípios, tais como o da legalidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório. O princípio da legalidade estaria sendo infringido pelo fato de que há uma Lei que prevê a comprovação regularidade tanto do engenheiro responsável como da empresa; o princípio da igualdade estaria sendo infringido pelo fato de que o Pregoeiro estaria tratando os licitantes de forma desigual; e por fim o princípio da vinculação ao instrumento convocatório estaria sendo infringido pelo fato de que a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital (art. 41 da Lei 8.666/1993).

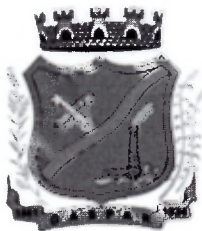
Diante do exposto o Pregoeiro mantém sua Decisão proferida na ATA de sessão do Pregão Presencial 55/2012 datada de 16/04/2012, uma vez que a mesma está em conformidade com o previsto no *caput* do art. 37 da CFRB/1988, *caput* do art. 3º, art. 30, I, *caput* do art. 41 da Lei 8.666/1993, no art. 69 da Lei 5.194/1966 e item 5.1.3.1 do Edital de Pregão Presencial nº 55/2012.

Exposto isso, segue o processo na íntegra para análise e Decisão da Autoridade Competente.

Respeitosamente,


Jeferson Debus
Pregoeiro | Dec. 4.447/2011

¹⁰ BRASIL. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Art. 27, inciso V. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 25/04/2012;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

DECISÃO

Pregão Presencial nº 55/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito de Gaspar, vem junto aos autos da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2012, que tem por objeto **Registro de Preços de tubos, grelhas, lajotas, pavers, paralelepípedos, meios-fios de pedra e de concreto**, no uso de suas atribuições legais, proferir a seguinte decisão:

CONHEÇO os **RECURSOS** apresentados pelas empresas **ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA e MÓDULO ARTEFATOS E PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA POR SEREM TEMPESTIVOS**. Quanto ao mérito, **JULGO IMPROCEDENTES**, adotando integralmente como fundamentação os argumentos contidos na Ata de Análise de Recurso, datada de 25/04/2012.

Intimem-se as partes interessadas.

Gaspar, 26 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito